



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680138 - PR (2021/0219177-1)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : JESSE CONRADO DA SILVA GOES E OUTRO
ADVOGADOS : JESSÉ CONRADO DA SILVA GÓES - PR085492
ANDERSON CONRADO DA SILVA GÓES - PR100906
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : M R M DE M
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de M. R. M. DE M. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0033073-10.2021.8.16.0000).

O paciente teve sua prisão preventiva decretada em virtude da prática, em tese, do crime previsto no art. 217-A do Código Penal.

O impetrante sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta ao paciente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Afirma que o paciente é primário, ostenta bons antecedentes, tem trabalho e residência fixos, aduzindo que a gravidade abstrata do delito não configura fundamento idôneo a justificar o decreto prisional.

Ressalta que a aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP é proporcional e suficiente e, portanto, mais adequada ao caso em exame.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja expedido contramandado de prisão em favor do paciente, com imposição de medidas cautelares diversas do cárcere, se o caso.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria

por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que “é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que ‘a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade’ (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)” (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente